

Patrimônio cultural dos afrodescendentes: preservação, memória e recepção**Janete Leiko TANNO***

Resumo: A discussão do texto gira em torno dos significados da preservação patrimonial e das memórias para um grupo determinado, os negros e seus descendentes na cidade de Jacarezinho –Pr., como parte de um processo de democratização da preservação e do direito de todos à memória e à cidadania. Interessa conhecer o alcance da recepção dos bens culturais relacionados aos afrodescendentes e suas implicações sociais, culturais e políticas para os negros desse município.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Afrodescendentes. Preservação. Memória. Recepção.

Cultural Heritage of Afro-Brazilians: Preservation, Memory and Reception

Abstract: The discussion of the text revolves around the meanings of patrimonial preservation and memories for a particular group, the Afro-Brazilians in the city of Jacarezinho - Paraná State, as a part of a democratization of the preservation process and the right of all to the memory and the citizenship. It is interesting to know the scope of reception of cultural heritage related to Afro-Brazilians and their social, cultural and political implications for the black people of this county.

Keywords: Cultural heritage. Afro-Brazilian. Preservation. Memory. Reception

Introdução

Nas discussões a respeito da preservação do patrimônio cultural de um país, é necessário sempre perguntar quem elege o que é patrimônio e porquê, visto que, toda seleção e justificativa não são aleatórias e estão ligadas a interesses de grupos no poder. Vale lembrar também que a escolha legítima valores, símbolos e práticas de grupos sociais, políticos e culturais e exclui outros grupos étnicos, sociais, de gênero e seus referenciais culturais.

Se por um lado, é válido preservar documentos que dizem respeito à história e à memória de pessoas e grupos políticos, econômicos e culturais em destaques no país, é

* Professora Doutora - Colegiado de História- Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, Brasil. Rua Padre Melo, 1200. Jardim Marimar | CEP 86.400-000 | Jacarezinho– PR.

urgente, também coletar, guardar e preservar os documentos relativos às experiências de vida, trabalho e cultura dos grupos minoritários, a fim de que nas disputas pelas memórias, haja, minimamente, equanimidade de forças e resistência entre os diferentes grupos no e pelo poder (PAOLI,1992).

Nessa perspectiva, a identificação, preservação e difusão do patrimônio cultural de minorias como negros e índios, faz-se urgente, ainda que muito já se caminhou nesse sentido desde a Constituição de 1988 e do Decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que abarca as expressões culturais populares. Apesar desses avanços, o descaso com a herança cultural de matriz indígena e africana é patente no país, pois uma sociedade que não aprendeu a respeitar pessoas destes grupos minoritários – visto que estão excluídos da maioria dos espaços do poder, apesar de serem numericamente superior aos brancos- , ao contrário, as trata com violência e preconceito, não saberia valorizar e preservar sua herança cultural como direitos de memória e de cidadania, sempre negados de forma plena aos negros e índios e seus descendentes na sociedade brasileira.

Ao discutir os significados da preservação do patrimônio cultural de matriz africana para os negros da cidade de Jacarezinho- Pr, esclareço que estou considerando todo e qualquer vestígio, material e imaterial, patrimonializado oficialmente ou não, deixado por pessoas deste grupo. Assim, a intenção é conhecer o alcance da recepção dos bens culturais relacionados aos afrodescendentes e suas implicações sociais, culturais e políticas para os negros desse município. Tal opção, incita a algumas questões fundamentais, como: de que forma os negros e seus descendentes se apropriam dos bens que são referenciais de sua cultura, religiosidade e valores? Qual o grau de valorização das memórias e das expressões culturais e religiosas dos seus antepassados, diante de uma sociedade preconceituosa e que inferioriza as crenças e as manifestações culturais de raiz africana? Diante de questões tão complexas, a intenção aqui é somente levantar alguns questionamentos acerca do assunto que, penso, ser necessário.

Tais reflexões são baseadas em uma bibliografia especializada sobre o assunto, em entrevistas temáticas por meio da metodologia da História Oral, em documentário produzido sobre o terreiro de candomblé de mãe Caia, situado em Jacarezinho e em conversas informais com integrantes deste terreiro.

Foram realizadas 9 entrevistas¹ com negros e negras da cidade de Jacarezinho, sendo que 5 declaram-se candomblecistas. Observa-se que, à exceção de dois entrevistados que são discentes do curso de História, de uma aluna do curso de pedagogia e uma outra que foi professora da educação básica, os outros entrevistados ou possuem o ensino médio completo ou não concluíram a educação básica. Nota-se ainda que todos os

discentes que estão cursando nível superior estão com idade acima da média, visto que o mais novo tem 25 anos e a mais velha 55 anos. Portanto, apesar de terem chegado ao nível superior na educação, não o fizeram na idade considerada ideal.

O quadro social apresentado sobre os entrevistados divisa à primeira vista a posição social dos afrodescendentes na sociedade brasileira, e entre outras coisas, a exclusão a plena cidadania e aponta a necessidade da discussão sobre a democratização do patrimônio cultural de matriz africana, não somente em relação ao tombamento e registro de seus bens culturais, mas principalmente, de acesso a esses bens como um direito a cultura, a qual, em geral, os setores populares estão excluídos, sendo os afrodescendentes parte considerável destes. Então, a grande questão que se coloca é em relação a recepção dos bens culturais pelos cidadãos.

A luta pelo reconhecimento do patrimônio cultural dos afrodescendentes

Como veremos, muito se progrediu em relação ao processo de democratização dos bens culturais, em especial, com os tombamentos e registros de bens de matriz africana e indígena ao longo dos anos 1980 e seguintes, porém, pouco se avançou em relação a políticas de acesso a eles. Nesse sentido, a questão da recepção do patrimônio é algo que ainda precisa ser inserida na agenda das políticas culturais dos poderes públicos em seus diversos níveis de atuação, federal, estadual e municipal, a despeito da atuação das Casas do Patrimônio² desde 2005, mas com abrangência limitada.

Antes da promulgação da Carta Constitucional de 1988, a valorização das expressões culturais dos negros brasileiros sempre passou ao largo das preocupações das políticas culturais do Estado. Ao conhecermos a história acerca da preservação do patrimônio nacional, observamos que ao longo da maior parte desse processo as expressões material e imaterial de matrizes indígenas e africanas ficaram relegadas ao esquecimento e esse quadro irá se alterar de forma lenta, impulsionada por mudanças econômicas, políticas e por pressões de grupos civis e movimentos sociais a partir de meados dos anos 1970.

O governo Vargas por meio do Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937, “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e define o que é patrimônio a partir dos referenciais das elites, de matriz portuguesa/europeia, impondo uma identidade nacional com base nos valores e cultura de um grupo social, deixando à parte as expressões culturais da maioria da população brasileira que advêm de estratos populares e de matrizes africanas e indígenas (FONSECA, 2005).

No artigo.

Alessandra Lima mostra o longo caminho percorrido para que os negros pudessem ter seus bens culturais valorizados e que estes fossem considerados, ao lado das expressões culturais europeias parte da identidade nacional ao discutir o “[...] processo de inserção de bens culturais do universo afro-brasileiro no conjunto do patrimônio cultural nacional.” (LIMA, 2014, p.7)

Nesse processo lembramos a importância do papel do Centro Nacional de Referência Cultural³ (CNRC) que atuou a partir de meados dos anos 1970, e viabilizou a valorização das manifestações culturais de cunho popular. Lima explicita ainda que nos finais dos anos 1980 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ampliou o seu conceito de patrimônio, e assim,

[...] ancorada na noção de direitos culturais e na necessidade de democratização das políticas culturais, a valorização das culturas populares, com base em uma perspectiva antropológica de culturas, começa a se ampliar e pode ser considerada um marco importante na reorientação das políticas de preservação realizadas até então, e o início do trajeto que culminará no reconhecimento oficial de matrizes culturais indígenas e afro-brasileira. (LIMA, 2014, p.8).

A autora lembra ainda que a luta pela valorização da herança afro-brasileira como parte da cultura nacional está também atrelada à luta contra o racismo, visto que na sociedade brasileira o preconceito e o racismo vigem de forma velada, mas atuante no cotidiano de milhares de brasileiros.

Lima destaca as ações do CNRC e elenca vários outros fatos que considera como marcos na valorização e inserção de expressões culturais afro-brasileiras no rol do patrimônio nacional. Entre eles, o projeto Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos da Bahia (MAMBA) em 1982, o Tombamento do Sítio Histórico da Serra da Barriga (1986), em Alagoas, onde existiu o Quilombo dos Palmares, a Carta Constitucional de 1988 que ampliou o conceito de patrimônio considerando-o em seus aspectos imateriais e prevê em seu artigo 5º o tombamento de documentos e sítios históricos relacionados às comunidades quilombolas e o artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece a propriedade definitiva da terra aos quilombolas e ainda prevê que a prática do racismo é crime inafiançável e sujeito à pena de reclusão.

A autora dá ênfase também na criação da Fundação Cultural Palmares em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, que em sua página de apresentação no site, explicita a busca pela democratização dos bens culturais e a definição do lugar da herança africana na cultura brasileira, como escopos de sua atuação, conforme segue:

[...] primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira (...). A FCP comemora meio quarto de século de trabalho por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.⁴

Em 2000, avançando na proposta de ampliação e democratização do patrimônio nacional o governo Federal, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e em 2003, criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à presidência da República e ainda a Lei Federal nº10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras no currículo da educação básica em instituições de ensino públicas e privadas (LIMA, 2014).

Como pode se perceber foram cerca de quatro décadas de lutas, reivindicações e empenho por parte de grupos da sociedade civil e do governo, em esferas federal e estadual para garantir o reconhecimento e a valorização da herança cultural afro-brasileira como parte do patrimônio e da identidade nacional. Deve ser lembrado que esse período foi atravessado por distintos governos e a questão do patrimônio nacional foi tratado de forma diferenciada entre eles, respondendo aos projetos políticos e ideológicos que cada um tinha para com o país.

Nesse sentido, por exemplo, Ana Paula da Silva (2017, p.15) afirma que:

Ao privilegiar por muito tempo monumentos e artefatos relacionados à elite branca, católica e de origem lusitana, o IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios sociais afeitos ao Brasil do autoritarismo, correspondendo especialmente aos interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar. No entanto, durante a abertura política, realizada a partir do governo de Ernesto Geisel, foi preciso ampliar a noção de patrimônio, exatamente no momento em que, politicamente, os militares buscavam apoio de novos grupos sociais para a legitimação de seus interesses, admitindo na memória histórica nacional a representação de grupos até então marginalizados da cultura, como negros, imigrantes e pobres.

Nos quadros a seguir, é possível observar mais algumas ações do IPHAN que contribuíram para a democratização do patrimônio cultural brasileiro e para que uma maioria da sociedade pudesse identificar-se e reconhecer-se nesse passado construído por meio da patrimonialização de bens materiais e imateriais, diminuindo, em parte, a exclusão a que todos os negros e sua cultura foram relegados desde 1937. Entretanto, observa-se no quadro 1 que os primeiros bens de natureza imaterial registrados ocorreram somente a partir de 2004.

Ano de inscrição/ Estado	Bem registrado	Livro de Registro
BA/2004	Ofício das Baianas de Acarajé	Registro dos Saberes
BA/2004	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Registro das Formas de Expressão
MG, SP, RJ, ES/2005	Jongo no Sudeste	Registro das Formas de Expressão
MA/ 2007	Tambor de Crioula	Registro das Formas de Expressão
RJ/2007	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	Registro das Formas de Expressão
NACIONAL/2008	Roda de Capoeira	Registro das Formas de Expressão
NACIONAL /2008	Ofício dos Mestres de Capoeira	Registro dos Saberes
MA/2011	Complexo Cultural do Bumba Meu Boi	Registro das Celebrações
BA/2013	Festa do Nosso Senhor do Bonfim	Registro das Celebrações

Quadro 1: Bens Culturais de Natureza Imaterial de Matriz Afro-Brasileira Registrados Pelo IPHAN-2004-2013.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>; LIMA, Alessandra. Reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista Palmares*. Cultura Afro-Brasileira. Ano X. Edição 08, nov. 2014.

Nesse longo processo de valorização da cultura afro-brasileira, gostaria de lembrar também a atuação do Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros (GTIT). De acordo com o site do IPHAN “[...]o GTIT atua na preservação do patrimônio cultural de bens relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, e foi instituído pela Portaria Iphan nº 489, de 19 de novembro de 2015.” (portal.iphan.gov.br/detalhes/1311. Acesso em 21 ago. 2017).

No quadro abaixo (2), a lista de terreiros tombados indica os resultados do processo de valorização da cultura negra desde os anos 1980⁵.

UF/ Capital	Bem Registrado	Ano de Registro
BA/Salvador	Casa Branca do Engenho Velho	1984
BA/Salvador	Axé Opô Afonjá	1999
BA/Salvador	Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)	2002
MA/São Luís	Casa das Minas Jeje	2002
BA/Salvador	Bate-Folha	2003
BA/Salvador	Ilê Maroiá Láji (Alaketo)	2005
BA/Cachoeira	Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)	2011
BA/Salvador	Ilê Axé Oxumaré	2013
BA/Itaparica	Omo Ilê Agboulá	2015

Quadro 2: Terreiros Tombados pelo IPHAN – 1984-2015
Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 21 ago. 2017.

A luta dos negros pelo direito ao seu passado e pelo reconhecimento da importância e valorização da cultura afro-brasileira como parte do patrimônio cultural da nação, também é apontada por Maria Aparecida de Oliveira Lopes (2008) no texto, “Museu Afro Brasil: Ampliando e Preservando os Bens Materiais e Imateriais da Cultura Afro-Brasileira”, no qual apresenta o museu e seu acervo e indica as dificuldades da implantação desse tipo de projeto no país ao relatar que desde os anos 1950 já havia essa intenção por parte da comunidade negra encabeçada por Abdias do Nascimento, nas comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo. Em 1968, nova tentativa também foi frustrada pelo contexto político da época e pelo auto - exílio de Nascimento.

O Museu Afro Brasil está localizado no Parque do Ibirapuera em São Paulo e foi inaugurado em 2004⁶. O Museu apresenta-se “[...] como espaço diferenciado na recuperação das memórias e o conjunto da exposição tenta mostrar a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira a partir da sua própria perspectiva e experiência.” (LOPES, 2008, p.141).

Observa-se, então, um avanço significativo na democratização dos bens culturais do país, tanto em sua vertente preservacionista, como de acessibilidade dos bens ao público mais amplo possibilitados pela fundação de vários espaços de memórias, sejam reais ou virtuais, por meio de museus, sites, revistas, eventos, bibliotecas, referentes à cultura de matriz africana, além da europeia. A pergunta que cabe, então, é sobre a recepção de tal patrimônio pela sociedade brasileira que é multiétnica, mas que valoriza principalmente expressões culturais europeias, isto é, branca. Pergunto ainda sobre os significados da preservação material e imaterial das expressões culturais afro-brasileiras para os afrodescendentes e busco analisar tal questão na cidade de Jacarezinho, localizado no nordeste do estado do Paraná.

Tal reflexão referente aos negros de Jacarezinho, onde na história oficial da cidade não consta sua presença e nem mesmo a escravidão foi uma realidade, é um desafio instigante.

Recepção da herança cultural africana pelos negros de Jacarezinho

Para entendermos melhor o comportamento sócio-cultural dos afrodescendentes da cidade em relação aos bens patrimonializados ou não, relacionados a sua cultura, precisamos indicar algumas características da sociedade local.

Jacarezinho é uma cidade pequena (vide quadro 3) e de maioria católica. E assim, como muitas outras do país, possui traços conservadores e elitistas próprios de sua formação com base na exploração da terra e de seus vínculos estreitos com a Igreja Católica.

A cidade iniciou-se a partir da fundação de uma capela em homenagem ao santo padroeiro, São Sebastião, em terreno doado a Igreja católica por um dos primeiros proprietários de terras na localidade, Joaquim Severo Batista⁷. Este primeiro vínculo com a instituição católica estreitou-se quando Jacarezinho tornou-se sede de bispado com a criação da diocese pelo Papa Pio XI em 10 de maio de 1926 e com a nomeação de Dom Fernando Taddei. Sob a direção deste, a educação de base religiosa foi instalada na cidade com a vinda das Irmãs Palotinas e a fundação do Colégio Imaculada Conceição em julho de 1930, destinado às mulheres e depois em 1935, com o Colégio Cristo Rei, foi a vez da educação masculina ser contemplada (SANTOS, 2011).

Assim, desde o início da sua formação, Jacarezinho recebeu forte influência do catolicismo romano por meio das ações da Igreja na formação educacional dos moradores. Tal influência não se restringiu à educação básica, estendendo-se também à formação estritamente religiosa por meio da fundação de seminários e ainda em nível superior com a

criação do Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em julho de 1959 sob a direção do bispo D. Geraldo de Proença Sigaud, representante da ala conservadora do clero, anticomunista e cofundador, com Plínio Correa da TFP (Tradição, Família e Propriedade) (SILVA JR., 2006).

Tais dados relativos à formação social e religiosa da cidade, explicam em grande parte os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que diz respeito às práticas religiosas dos seus moradores, conforme indica o quadro 3. Por meio do censo de 2010, alguns índices relacionados aos moradores revelam um pouco dessa cidade e, principalmente, da população, que indicam ainda nos dias atuais a força e a influência da Igreja Católica, na maioria dos residentes.

A pesquisa privilegiou as práticas religiosas dos afrodescendentes exercidas nos terreiros, em especial o candomblé como uma das mais expressivas de sua cultura, e portanto, algo com que os negros tivessem clara identificação visto que para esse grupo, mais do que a expressão de suas crenças, os terreiros indicam, segundo Cardoso, a força de um patrimônio cultural negro que “[...] enfrentam a dura violência material e simbólica, efetuados pela polícia no passado e hoje, pelos ataques cotidianos das igrejas neo-pentecostais.” (CARDOSO, 2012, p. 24).

Assim como no passado em que o candomblé e outras inúmeras modalidades de culto negro simbolizavam a resistência da comunidade negra contra a escravidão, o preconceito e a dominação cultural e religiosa, atualmente, sua força e resistência é testada pelos ataques intensos das igrejas neo-pentecostais.

A importância dos terreiros para os afrodescendentes é avaliada por Cardoso (2012, p. 24), conforme citação que segue:

Os terreiros nas comunidades religiosas de matriz africana, de Candomblé, Xangô, Pajelança, Jurema, Catimbó, Tambor de Mina, Umbanda, ou qualquer nome assumido pelos cultos negros em sua distribuição pelo espaço físico brasileiro, emergem como espaços litúrgicos, culturais e de organização sociopolítica, numa espécie de “continuum” africano na diáspora. Este conjunto organizado de representações litúrgicas [...] inspiram a vida e o fazer cultural cotidiano do nosso povo. Ou seja, é o egbé, a comunidade litúrgica, o terreiro, que constitui a mola mestra, a base do patrimônio cultural negro brasileiro. Foi através do terreiro- associação litúrgica organizada (egbé) – que se transferiu para o Brasil grande parte do patrimônio cultural negro africano.

Considerando a citação acima e a afirmação de Cardoso de que o terreiro constitui a base do patrimônio cultural negro, percebe-se o enorme valor desses espaços para os grupos de afrodescendentes em busca de suas expressões identitárias, de laços de

pertencimento e de resistência e preservação de sua cultura dentro de uma sociedade preconceituosa e racista como a brasileira.

Entretanto, a pesquisa sobre a recepção do patrimônio cultural de matriz africana entre os negros de Jacarezinho aponta outras estratégias de lutas e de inserção social, conforme nos indicam algumas informações recolhidas. Os dados do IBGE (quadro 3), possibilita ao pesquisador algumas inferências interessantes sobre o comportamento religioso dos moradores de Jacarezinho.

População	Total	Brancos	Negros	Pardos
	39.121	25.468	2.846	10.482
Católicos		18.996	2.132	7.735*
Candomblé		-	-	-
Umbanda		-	-	-
Umbanda e candomblé		-	19	28

Quadro 3: Dados Populacionais com base na religião e cor/raça em Jacarezinho. Censo IBGE 2010.
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jacarezinho/panorama>. Acesso em 5 set. 2017.

Observa-se que do total de 39.121 pessoas, 13.328 declaram-se pardas e negras, isto é, cerca de 34% dos jacarezinhenses são afrodescendentes. Apesar dessa soma significativa, entre os pardos, apenas 28 pessoas declaram ser da umbanda/ candomblé. Entre os declarados negros o número é menor ainda, 19 pessoas. Por outro lado, o cômputo de residentes, entre negros e pardos, que se consideram católicos é de 9.868. Apesar de não conhecer os critérios do IBGE de inserir o candomblé e a umbanda separados e depois juntos para os participantes do censo, chama a atenção o fato de nenhuma pessoa declarar-se do candomblé ou da umbanda quando estes apresentam-se isolados.

Outros índices recolhidos pelo IBGE, mostram que entre os pardos, afora os declarados católicos, os outros 2.747 espalham-se entre outras religiões pentecostais, evangélicas, espíritas, candomblé e umbanda, sendo que aqueles que se declaram dessas últimas religiões, são o de menor número. Entre os negros, ocorre o mesmo fato, empatando somente com os negros que se declaram sem religião.

Reginaldo Prandi (2004), ao tratar sobre as religiões de origem afro-brasileira, afirma que, segundo o censo de 2000, somente 0,3% da população adulta brasileira declarou-se pertencente a religiões afro-brasileiras e que tal índice está subestimado por vários fatores, sendo que o número de adeptos é maior do que o computado oficialmente. Os dados em nível nacional, corrobora os baixíssimos índices de Jacarezinho e se explicam por motivos semelhantes. Lembro que o censo de Jacarezinho (2010), é posterior aos dados de Prandi,

e que os números reduzidos podem seguir a queda constante verificada pelo autor em nível nacional, conforme a citação abaixo. Infelizmente, não temos os dados dos anos anteriores para a cidade.

De todo modo, o pequeno contingente de afro-brasileiros declarados, em 1980, representava apenas 0,6% da população brasileira residente. Em 1991, eles eram 0,4% e agora, em 2000, são 0,3%. De 1980 a 1991, os afro-brasileiros perderam trinta mil seguidores declarados, perda que na década seguinte subiu para 71 mil. Ou seja, o segmento das religiões afro-brasileiras está em declínio. (PRANDI, 2004, p.226).

De acordo com o autor, se as religiões de matriz africana estavam em decadência, em especial a umbanda, o candomblé estava em alta no período estudado. Em relação a Jacarezinho, observou-se que tanto uma quanto o outro possui, oficialmente, números baixíssimos de adeptos.

Pelos dados apresentados no quadro 3, é fácil perceber que a formação católica impera na maioria da população, apesar do avanço dos pentecostais e neopentecostais nos últimos anos. Deve-se considerar, em uma análise mais rigorosa que tais dados devem ser relativizados, visto que, sem dúvida, devido ao preconceito que cerca as práticas religiosas de matriz africana, muitos frequentadores de terreiros preferem declarar-se católicos, ao responderem ao questionário do IBGE. Um outro fator a considerar é que muitos praticantes de religiões de matriz africana, em especial os umbandistas sofreram influências do catolicismo. A umbanda é uma religião que mescla influências do catolicismo popular, do espiritismo kardecista e das religiões de matriz africana.

Ao conversar com um membro da Casa de Candomblé Oxossi Lodomim Caia, em Jacarezinho, foi confirmado tal mistura de práticas religiosas como parte natural da religiosidade dos frequentadores do terreiro. Mais do que isso, em vídeo gravado por estudantes de jornalismo com a mãe Caia, a responsável pelo terreiro, ela conta que como parte do ritual de formação no candomblé, os filhos da casa devem tomar hóstia, algo que não é bem visto pelos padres. Reclama ainda que quando tomava hóstia, ficava uma semana de abstinência de carne, bebidas alcoólicas e sexo e que mesmo assim os padres da igreja local a recebia com preconceito e não gostava da presença dos candomblecistas⁸.

Infere-se, portanto, que o catolicismo ainda faz parte das práticas religiosas de raiz africana e seus rituais. Nesse sentido, os baixos números de jacarezinhenses que se declaram umbandistas e ou candomblecistas não devem corresponder à realidade.

A pesquisa leva a duas outras considerações. A primeira é a pouca valorização da cultura negra e de suas principais expressões religiosas pelos afrodescendentes da cidade e a segunda, explicita a força do preconceito, do racismo, da violência social e moral a que tal

grupo está sujeito na cidade, que dificulta o reconhecimento e a valorização, explícitos, pelos negros e seus descendentes da sua herança cultural para a sociedade mais ampla, baseada no receio da exclusão social, aliada à estigmatização do candomblé e da umbanda como práticas diabólicas.

Tais inferências podem ser indicadas pela resposta da maioria dos entrevistados que não afirmou ser os terreiros aos quais pertencem uma referência da cultura negra na cidade.

Diante das formas violentas, preconceituosas e estigmatizadas com que as religiões de matriz africana foram tratadas ao longo da história do país, pergunto até que ponto a grande adesão dos moradores afrodescendentes de Jacarezinho ao catolicismo não faz parte de um processo de imposição/aceitação, consciente ou inconsciente, mas também de resistência dos negros como forma de preservação de suas práticas religiosas e de inserção na sociedade mais ampla? Prandi, lembra que quando o candomblé nasceu no século XIX, o catolicismo era a única religião aceita no país, a oficial e que “[...] era a fonte básica de legitimidade social.” (PRANDI, 2004, p. 225).

Uma outra prática muito comum na sociedade brasileira também deve ser lembrada e ajuda a entender o quadro apresentado, isto é, o fato dos brasileiros frequentarem, muito naturalmente, terreiros de candomblé e umbanda, missas católicas, centros espíritas, entre outras igrejas e também que muitos dos candomblecistas ou umbandistas nasceram em famílias católicas e foram educados segundo suas normas e somente quando adultos optaram por outras práticas religiosas. Nesse sentido, é compreensível os dados do IBGE e também algumas respostas dos entrevistados.

As entrevistas realizadas com alguns membros de terreiros de candomblé situados na cidade são reveladoras da complexidade que cerca as manifestações religiosas dos negros, de sua visão de mundo formada pelas inúmeras influências de um país diverso e multicultural como a brasileira e, ainda como lidam com os preconceitos em relação às suas crenças, cor e condição social.

A resposta de uma mãe de santo de um terreiro de candomblé à simples pergunta sobre qual religião professava, cuja resposta parecia óbvia, revelou-se muito diferente e interessante: “[...] nós somos católicos, mas dentro do catolicismo da raça negra que é o candomblé.”⁹. Observa-se que, apesar de declarar-se negra, não associou sua prática religiosa a herança da cultura afro-brasileira, mas a um tipo de catolicismo dos negros, diferente da prática católica dos brancos. A lógica de seu pensamento é também reforçada ao não associar o candomblé como uma herança da cultura negra com a qual se identificasse, apesar de comentar sobre as festas promovidas dentro do terreiro para Ogum, Oxossi, São Cosme e Damião, etc., esses sim, como elementos da cultura negra. Portanto, para ela o candomblé é uma prática do catolicismo que integra personagens relacionados a

uma religiosidade negra. Portanto, não é aleatório, o fato de, oficialmente, a maioria dos jacarezinhenses autodeclararem-se católicos.

O contexto apresentado não deve ser visto de forma isolada, visto que é possível traçar uma relação entre ele e a invisibilização do negro, salientado por diversos autores, que apontam um dos lados mais perversos e violentos do racismo e do preconceito na sociedade paranaense.

Moraes e Souza em artigo intitulado, “Invisibilidade, Preconceito e Violência Racial em Curitiba”, questionam a imagem da cidade como “capital das etnias” que traz em seu pressuposto a ideia de democracia racial e a negação de um contingente significativo de negros e seus descendentes na capital do estado. Ao refletirem sobre o processo de invisibilização do negro em Curitiba, os autores destacam três pressupostos que são interdependentes e responsáveis por tal violência:

[...] a concepção e configuração arquitetônica da cidade — exemplo cabal deste processo —, o discurso da *intelligentzia* e suas atualizações e, finalmente, o projeto político governamental que, ao reforçar e construir a identidade curitibana vinculada a uma “maneira europeia de ser”, construiu e consolidou a sua identidade e projeto político. (MORAES; SOUZA, 1999, p.8).

Em relação ao primeiro pressuposto, os autores refletem sobre os símbolos da colonização europeia na capital consubstanciada em diversos monumentos, como praças, edifícios, portais, estátuas que indicam o povoamento do lugar por poloneses, italianos, japoneses, ucranianos, etc e que se tornaram pontos de visita de turistas na cidade, fazendo parte dos mapas produzidos pela prefeitura local e do roteiro dos ônibus que fazem o percurso para mostrar Curitiba aos visitantes. Contrastando com tais lugares e memoriais de etnias europeias, os marcos relativos à presença dos negros na sociedade são periféricos e não fazem parte do roteiro turístico da cidade. Nesse sentido, os autores concluem sobre a visibilidade dos símbolos dos povos europeus e a invisibilidade dos relativos aos negros.

Um outro pressuposto levantado pelos autores que é relevante, refere-se ao fato da historiografia paranaense, desde o final do século XIX, conceber a formação social do Paraná como europeia, como essencialmente branca. Entre os autores defensores dessa tese, lembram de Wilson Martins, mas também de Romário Martins e Rui Wachowicz. Em seu livro, História do Paraná, Romário Martins (s/d), afirma que neste estado a presença de escravos negros e mestiços era pequena e que já no período republicano, o branqueamento era algo plausível de ser alcançado, tendo em vista a pequena percentagem de negros e a entrada de numeroso contingente de europeus no Paraná. Em relação ao terceiro

pressuposto, é observado o uso político realizado pelo então candidato a prefeito da capital paranaense, Rafael Greca para se eleger. Este exaltou, mesmo depois de eleito, por meio de diversos meios, a Curitiba com traços europeus, sem valorizar e visibilizar a presença negra na sociedade local.

A força do discurso historiográfico que afirma uma presença numérica pequena de escravos no Paraná, reforçado pela concepção arquitetônica da cidade e pelo uso político de imagens e símbolos de uma cidade construída sob os auspícios da colonização europeia, asseguraram a continuidade da invisibilização dos negros e seus descendentes na sociedade paranaense.

Em 2008, foi lançado o livro “Paraná Negro”, e em seu prefácio o jornalista Jackson Gomes Jr. (2008, p.9) confirma a não valorização do negro na sociedade paranaense.

O Estado que se considera terra de todas as etnias sempre relegou a segundo plano a existência e importância dos seus filhos negros na sua formação sociocultural. Este livro é uma tentativa de lançar luz sobre o obscurantismo que lhes foi imposto pela história oficial e apresentar a vida e a face dos remanescentes de quilombos.

Assim, a Fundação da Universidade Federal do Paraná sintetizou as pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura que até 2008, mapeou 90 comunidades negras tradicionais no Paraná e dentre estas, 36 quilombos foram certificados pela Fundação Palmares e fazem parte do livro. Como pode-se observar, o título do livro faz jus à realidade da sociedade paranaense, que apesar de negar, tem forte presença de negros e seus descendentes.

Diante destas pesquisas tão significativas a respeito de como o negro é visto e percebido ou melhor, é invisibilizado na sociedade paranaense, a pouca valorização dos bens culturais de matriz africana em Jacarezinho pela própria comunidade negra pode ser compreendida de forma mais complexa e aprofundada, indicando ainda o elevado grau de exclusão, de apagamento de memórias de seus referenciais tradicionais, de preconceito e racismo que ainda vigem na nossa sociedade mais ampla e na paranaense, em particular.

Outras questões ainda podem ser levantadas a partir das entrevistas realizadas com negros da cidade e dentre estes alguns pertencentes a terreiros de candomblé e que indicam claramente, a exclusão a que estão sujeitos em seus direitos mais básicos.

Em primeiro lugar, à exceção de um entrevistado, estudante do curso de História na cidade e candomblecista, que declarou saber que há vários terreiros de candomblé que foram registrados oficialmente como patrimônio, todos os outros não souberam nomear ou indicar qualquer bem cultural de matriz africana que é patrimônio nacional. Aliado a esse desconhecimento por parte dos negros, observou-se que vários entrevistados nem sequer

entenderam a pergunta, evidenciando o baixo nível de educação formal escolar. Estas duas constatações apenas confirmam o que dados estatísticos e os afrodescendentes conhecem em seu cotidiano, a exclusão em seus diversos âmbitos a que os negros estão sujeitos em nossa sociedade: social, econômica, educacional e cultural. Não podemos esquecer que a exclusão em um dos âmbitos, retroalimenta a outra e assim por diante, dificultando cada vez mais a inserção plena dos negros na sociedade e o acesso a seus direitos.

Considerações Finais

No decorrer do texto foi possível mostrar a longa luta dos negros pela valorização e preservação do patrimônio de matriz africana como patrimônio nacional e os resultados significativos que alcançou, consubstanciado na decretação de leis, de tombamentos, de registros, na fundação do Museu Afro Brasil, etc, relativos aos bens desse grupo no país. Apesar de tais conquistas, cumpre observar o distanciamento que há entre os bens culturais, patrimonializados, ou não, deste grupo e a sua recepção pelo mesmo. Nesse sentido, as perspectivas de criação de identidades relacionadas a um passado comum, de reconhecimento de seu grupo enquanto formadora da nação e portanto, com direitos iguais aos outros não é uma realidade para todos. Se muito se avançou no reconhecimento dos bens de matriz africana como patrimônio nacional, é necessário focar nas questões relativas à recepção desses bens pelos negros e também pelo restante da sociedade a fim de que a democratização do patrimônio se efetive no país.

Em relação a Jacarezinho, a pesquisa indicou que a questão do patrimônio nacional de matriz africana não faz parte das preocupações da maioria entrevistada. A importância do patrimônio de matriz africana para os negros da cidade é algo que ainda não se estabeleceu. O problema maior, então, está na recepção desse bem ao público, isto é, este o desconhece e, portanto, não se reconhece nele e não se identifica com ele. Os motivos que levam a isso, podem ser vários, desde falhas na educação formal, a exclusão cultural a que a maioria está sujeita, a falta de uma política nacional de educação patrimonial e ainda que a cidadania cultural é algo distante e que ainda precisa ser conquistada pela população brasileira.

Recebido em: 28/08/2018

Aprovado em: 29/08/2018

NOTAS

¹ Esclareço que tal número de entrevistados não pretende ser representativo do grupo na cidade, mas possibilita alguns caminhos de reflexão sobre o tema. Agradeço o auxílio da graduanda Ana Paula de Oliveira Gomes na realização das entrevistas, como integrante do Grupo de Pesquisa: Preservação dos Bens Culturais: História, Memória, Identidades e Educação Patrimonial, coordenado por mim.

² Ramos e Santos (2017), esclarecem que o IPHAN por meio das superintendências estaduais, atua no campo da educação patrimonial a partir das Casas do Patrimônio espalhados por diversos estados. Tais espaços fazem a ponte entre a sociedade civil, o poder público e o IPHAN nas discussões sobre os bens culturais de cada localidade. Concebidas desde 2005, há somente 15 Superintendências com Casa do Patrimônio e dentre estes, 11 estão com os núcleos implantados. Assim, observa-se que o principal órgão de preservação do patrimônio cultural do país e que atua desde 1937, somente após 68 anos de trabalho, preocupou-se, efetivamente, em promover a educação patrimonial no país, isto é, implantar ações que aproximem o público do patrimônio que o circunda, enfim, com a questão da recepção dos bens culturais do país. Diante desse quadro, os resultados, ainda que significativos, tem alcance limitado. Segundo o site do IPHAN, no estado do Paraná não foi estabelecida nenhuma Casa do Patrimônio.

³ Deve ser lembrado que a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1974, deu-se em plena ditadura por iniciativas de Severo Gomes, empresário e ministro da Indústria e Comércio na época, Wladimir Murinho, embaixador e Secretário de Educação do DF e o artista plástico e designer, Aloísio Magalhães. De acordo com Ana Paula da Silva (2017, p 144), “O governo apropriou-se, a partir de 1979, da gestão do órgão e realizou a cooptação dos intelectuais que atuavam no Centro e de diferentes grupos sociais envolvidos nos trabalhos do ente administrativo [...]”

⁴ O trecho citado foi retirado do primeiro parágrafo da página de apresentação institucional da Fundação Palmares que pode ser conferido por meio do seguinte endereço, acesso em 21 ago. 2017 http://www.palmares.gov.br/?page_id=95

⁵ É necessário lembrar que as conquistas efetivadas no âmbito da democratização do patrimônio cultural nas décadas de 1980 em diante, veem sendo ameaçadas com a implantação do governo ilegítimo em agosto de 2016. Desde então, a cultura e a educação sofrem um desmonte sistemático por parte do governo federal, seguido por alguns governos estaduais.

⁶ O Museu Afro Brasil foi, em grande parte, obra do seu fundador, o artista plástico Emanuel Araújo que durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, apresentou em 2004 um projeto museológico encampado pelo município. Em 2009, o Museu passou a ser vinculado à Secretaria de Estado da Cultura.

⁷ A exploração das terras na região teve início no final do século XIX e em 02/04/1900 criou-se o município, com o nome de Nova Alcântara. Em 1903, recebeu o nome de Jacarezinho.

⁸ Vídeo produzido pelos alunos de jornalismo da Faculdade do Norte Pioneiro (FANORPI). Publicado em novembro de 2010. <https://www.youtube.com/watch?v=I0F2hpeWPhg>. Acesso em 8 de julho de 2017.

⁹ Entrevista realizada com Maria do Carmo Trevira (Mãe Carmem) em 10/4/2018.

FONTES**Vídeo**

CANDOMBLÉ- REALIDADE OU FICÇÃO
.https://www.youtube.com/watch?v=I0F2hpeWPhg. Acesso em 25 de setembro de 2017.

ENTREVISTAS

André Reis. Entrevista realizada em 10/4/2018.

Ariadne Kawani Severino Teixeira. Entrevista realizada em 10/4/2018.

Cleiton Souza Ferraz. Entrevista realizada em 03/05/2018.

Elza Venâncio da Silva Pio. Entrevista realizada em 03/05/2018

Leila Maria Pio. Entrevista realizada em 03/05/2018

Maria do Carmo Trevira. Yalorixá de Xangô Ayalessi Koyansã (Mãe Carmen). Entrevista realizada em 10/4/2018.

Maria Etelvina de Barros. Entrevista realizada em 03/05/2018.

Maria Júlia Baia. Entrevista realizada em 10/04/2018.

Marcelo Lavorato. Entrevista realizada em 10/04/2018.

REFERÊNCIAS:

CARDOSO, Marcos Antônio. Patrimônio cultural negro-africano: desafios contemporâneos. IN: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia T. do. *Patrimônio cultural, territórios e identidades*. Florianópolis: Atelênde, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

GOMES JR., Jackson et al. (Orgs.). *Paraná negro*. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 set. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 18 de set. de 2017.

LIMA, Alessandra R. Reconhecimento do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. *Revista Palmares. Cultura Afro-Brasileira*. Ano X. Edição 08, nov.2014. p.4-9.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Museu Afro Brasil: ampliando e preservando os bens materiais e imateriais da cultura afro-brasileira. *Patrimônio e Memória*. Unesp-FCLAs – CEDAP, v.4, n.1, 2008, p.140-160.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3º edição. Curitiba: Editora Guaira. s/d.

MORAES, Pedro Rodolfo; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. IN: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. n.13, nov.1999. p.7-16.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *São Paulo (cidade)*. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p.25-28.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*. USP. v. 18. n. 52, 2004. P. 223-237.

RAMOS, Silvana P.; SANTOS, Greciene Lopes dos. Políticas de educação patrimonial: considerações sobre as casas do patrimônio em Alagoas, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo*. RITUR, Penedo. Volume 7, dez. 2017. P. 167-186.

SANTOS, Elton Alves dos. *Reorganização eclesiástica e questões patrimoniais na ordem republicana*. Um estudo histórico da criação e do estabelecimento da Diocese de Jacarezinho –Pr. (1926-1940). RJ: Editora Multifoco, 2011.

SILVA JR. Alfredo Moreira. *Catolicismo, poder e tradição*: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1960). Assis, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras- UNESP, 2006.

SILVA, Ana Paula da. *O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no livro do tombo histórico*. Franca, 2017. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, 2017.